

# ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 20 • 2013

CARLOS RIBEIRO (1813-1882)

GEÓLOGO E ARQUEÓLOGO

Homenagem da Câmara Municipal de Oeiras  
e da Academia das Ciências de Lisboa  
nos 200 anos do seu nascimento



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

Editor Científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2013

**Estudos Arqueológicos de Oeiras** é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA)
- Doutora Laure Salanova (CNRS, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Rui Morais (Universidade do Minho)

## ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 20 • 2013

ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO - João Luís Cardoso  
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas  
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO  
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras  
Fábrica da Pólvora de Barcarena  
Estrada das Fontainhas  
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta  
*On prie l'échange*  
*Exchange wanted*  
*Tauschverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Pentaedro, Lda. - Tel. 218444340

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

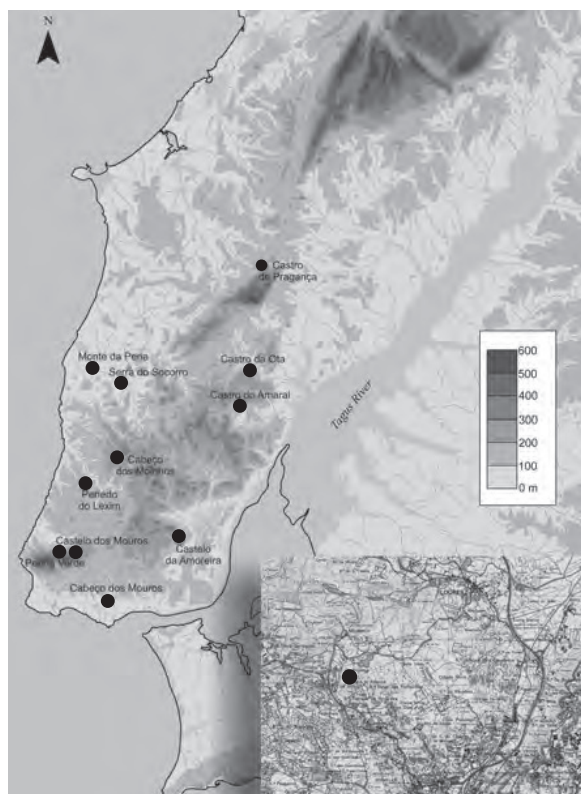
Estudos de Arqueologia regional  
e de  
História da Arqueologia

## O POVOADO DO BRONZE FINAL DO CASTELO DA AMOREIRA (ODIVELAS)

Rui Boaventura<sup>1</sup>, João Pimenta<sup>2</sup>, Edgar Valles<sup>3</sup>

“Conhecemos, de facto, um povoado de grandes dimensões, fortificado, ao que parece, com várias linhas de muralhas, não sabemos se todas elas com função de defesa de zonas residenciais, no Castelo da Amoreira, em Odivelas.”

(Fabião, 1992, p. 102)



**Fig. 1** – Castelo da Amoreira na Carta Militar de Portugal, 1:25.000 (excerto da folha 417. Serviços Cartográficos do Exército, 1993), e entre alguns dos principais sítios de altura do Bronze Final da Estremadura (a norte do rio Tejo).

### 1 - INTRODUÇÃO

O sítio do Castelo da Amoreira<sup>4</sup>, freguesia da Ramada (até 1989, Freguesia de Odivelas – concelho de Loures, agora União de Freguesias de Caneças e Ramada), concelho de Odivelas, encontra-se inventariado na base de dados Endovélico, gerida pela Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), com o Código Nacional de Sítio (CNS) número 2658. Foi ainda classificado, sob a designação de “Povoado fortificado da Serra da Amoreira”, como Imóvel de Interesse Municipal (à data designado por “Valor concelhio” e pertencente ao concelho de Loures) pelo Decreto-Lei n.º 67/97, de 31 de Dezembro (Diário da República. 1.ª série B, 301, p. 6898).

A estação arqueológica localiza-se no topo aplanado da Serra da Amoreira (ponto médio com as coordenadas geográficas WGS-84: 38° 48' 43.27" N e 9° 11' 56.08" W), numa cota máxima aproximada de 312 metros de altitude, assinalada pelo geodésico da Bica (Fig. 1). Este relevo resultou do Complexo Vulcânico de Lisboa, constituindo-se essencialmente por estratos de basalto e filões de traquito, que furaram e quebraram as bancadas de calcá-

<sup>1</sup> Município de Odivelas; UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

<sup>2</sup> Município de Vila Franca de Xira; UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

<sup>3</sup> Município de Odivelas.

<sup>4</sup> Também denominado por Castro da Amoreira, Povoado fortificado da Serra da Amoreira, Castro da Bica e Cerro da Amoreira.

rios e margas anteriores, visíveis nas suas encostas, sobretudo nos quadrantes mais íngremes de poente e norte (SGP, 1981).

Quando nos posicionamos no topo do sítio, o comando da paisagem imediata e mais distante é assombroso, excepto para nor-noroeste, limitado pela Serra de Montemor, com uma cota mais elevada, entre 320-357 metros de altitude (MARQUES, 1987, Fig. 2). De facto, apesar da intensa antropização do território da Grande Lisboa e do advento de *smog* que distorce a visibilidade na maioria dos dias, à época da ocupação bronzífera tal controlo da paisagem seria com certeza mais amplo e cristalino. Aliás, não podemos deixar de citar a descrição acerca do que se avistava deste monte, do Padre Luis Cardoso no *Diccionario Geográfico* (1747), entretanto transcrita por Gustavo Marques:

*“Do alto deste monte se descobrem para a parte do Poente o Convento de Nossa Senhora da Pena de Monges de S. Jerónimo, e a mayor parte da Serra de Cintra, e o mar largo adiante da mesma serra, e parte do seu termo, e o da Villa de Cascaes até Nossa Senhora do Cabo, e por todas as partes todo o termo da Cidade de Lisboa, e para a parte do Sul quasi todo o rio da mesma cidade, e todas as povoaçoens, e oiteiros da banda dalém do Tejo, Cacilhas, e todos os mais Lugares circunvizinhos, e tudo o mais que a vista póde alcançar até Azeitão, Cezimbra, Palmella, e Setúbal. Vê-se também do mesmo cabeço o Castello da Cidade de Lisboa, o Convento de Nossa Senhora da Graça dos Religiosos de Santo Agostinho da mesma Cidade, as torres do Real Convento de S. Vicente de Fóra, a Igreja de Nossa Senhora do Monte, o Convento de Nossa Senhora da Penha de França, Trindade, S. Roque, S. Pedro de Alcantara, e parte da mesma Cidade; como também o Campo Grande, o Campo pequeno, Lumear, Carnide, Convento de S. João da Cruz de Carmelitas Descalços, todo o lugar de Odivelas, e a mayor parte da sua Freguesia. Para a parte do Nascente descobre huma boa porção da Freguesia de Loures, toda a estrada da Cabeça de Montachique, todo o lugar de Friellas, com o seu braço de mar, e marinhas de sal, o lugar de S. António do Tojal, Via-Longa, e seus olivaeas, Alverca e Vila-Franca, e varios montes do Termo da Villa de Torres Vedras. E da parte do Norte descobre o lugar de Caneças, o monte da serra de Montemór, que lhe fica mais levantado, a Ermida de Nossa Senhora da Saude, que fica no alto deste monte (...)”* (cit in MARQUES, 1987, p. 51-52).

Portanto, não será despiciendo sublinhar que os habitantes deste povoado gozavam de uma situação privilegiada de domínio visual, quase do Atlântico ao Tejo, com uma especial incidência, em primeiro plano, do vale e várzea de Loures e do braço da ribeira da Costa, assim como da portela da hoje Calçada de Carriche. *Mutatis mutandis* a proeminência da Serra da Amoreira seria também destacável a partir dessas mesmas áreas, sendo provavelmente um dos motivos, ver e ser visto, para a sua instalação neste local. Finalmente, as colunas de fumo das fogueiras durante o dia, e a luminosidade daquelas durante a noite, ambas resultantes de actividades humanas quotidianas, caso não fossem dissimuladas, suscitariam também sinais visíveis da sua existência na paisagem.

G. Marques listava, aliás, alguns sítios atribuíveis ao Bronze final e inícios da Idade do Ferro, tais como o Castelo dos Mouros, Sintra (CNS-19448), Santa Eufémia da Serra, Sintra (CNS-3246), Serra do Socorro, Mafra/Torres Vedras (CNS- 986)<sup>5</sup> e o Castelo de São Jorge, Lisboa (CNS- 1101 etc.), que putativamente seriam avistados da Amoreira. Porém, além de algumas discrepâncias cronológicas, perante as distâncias implicadas entre estes sítios, cremos ser mais ajuizado apenas pressupor que os habitantes da Amoreira reconheceriam nos seus horizontes os contornos dos relevos onde as outras ocupações se encontravam, mais do que tivessem um controlo visual efectivo das movimentações daqueles grupos vizinhos.

<sup>5</sup> Este relevo não é visível da Serra da Amoreira, mas sim da Serra de Montemor, imediatamente a norte da primeira, mas a uma cota superior. A sua inclusão por G. Marques entre os sítios “avistáveis” da Amoreira é contraditada pelos seus próprios apontamentos. De qualquer forma, admitia a possibilidade do Monte de Montemor, que também designava como Mosqueiros – surgindo assinalado em foto do seu artigo (MARQUES, 1987, p. 52) – poder ter tido um ocupação contemporânea à do Castelo da Amoreira.

O presente trabalho pretende assim elaborar uma síntese sobre o estado dos conhecimentos em torno deste relevante sítio arqueológico, revendo os dados dos trabalhos arqueológicos efectuados e apresentando algum do espólio mais relevante ali achado, entretanto depositado no Museu Municipal da Quinta do Conventinho (Loures). Um trabalho mais extenso e monográfico acerca dos resultados das várias acções ali desenvolvidas será apresentado noutra local.

## 2 – RESENHA DE INVESTIGAÇÃO

A presença de vestígios arqueológicos na Serra da Amoreira surge pela primeira vez referenciada por Vergílio Correia, em 1912, altura em que este recolheu algures na encosta do grande monte, juntamente com Joaquim Fontes, peças líticas atribuídas ao Paleolítico, designando o local de recolha por Monte da Bica (CORREIA, 1912: 61; CNS – 6900).

João de Almeida (1950, p. 93) a pretexto do seu trabalho acerca do “*fundo atlante da raça portuguesa*” lista, entre outros locais, o Castro da Bica, no topo do mesmo monte, como testemunho da “Idade da Pedra Lascada”, parecendo inspirar-se nas notícias anteriores de J. Fontes e V. Correia acerca de testemunhos paleolíticos naquela serra.

Posteriormente, Octávio da Veiga Ferreira (1982, p. 21) refere um fragmento de cerâmica campaniforme, depositado no Museu Geológico e recolhido na Serra da Amoreira, facto listado na síntese elaborada acerca da “cultura” campaniforme (HARRISON, 1977, p. 141). Porém, sem que se conheçam exactamente o local e o contexto de recolha, bem como outros artefactos similares ou coevos.

Os achados mencionados atrás provêm, assim, de áreas incertas da Serra da Amoreira, pelo que a sua valoração deve ser cautelosa e ponderada.

Aparentemente, só no início da década de Oitenta é que ocorreram novas descobertas, agora no topo da Serra da Amoreira, que conduziram à breve nota de G. Marques (1987) e seguintes estudos.

“*Em janeiro de 1983 o estudante Carlos Valverde, residente em Odivelas, encontrou ocasionalmente um machado polido, nas terras negras para “vasos” que preenchem uma ampla escavação resultante da sua extracção. O achado chegou ao conhecimento do Dr. João Ludgero Gonçalves, que promoveu uma visita ao local, em Junho de 1985, tendo na ocasião recolhido vários fragmentos de cerâmica que depositou no Museu Municipal de Loures.*” (MARQUES, 1987, p. 55).

Ao proceder à análise dos materiais então recolhidos pelo arqueólogo anterior, que entretanto deixara de trabalhar para o Município de Loures, G. Marques, em Abril de 1986, verificou a importância do conteúdo dos sacos de materiais depositados, considerando ter identificado mais “*uma estação da Cultura da Alpiarça (época do Ferro Inicial)*” (MARQUES, 1987, p. 55). Promoveu então diligências para a recolha e crivagem de materiais das terras subsistentes da zona de extracção mencionada atrás, assim como desenvolveu uma campanha de escavação intermitente (dias 8-9, 22-23 e 30-31 de Julho; 26-28 de Agosto) com jovens do programa de Ocupação de Tempos Livres, de Loures e Odivelas. Esses trabalhos foram descritos em apontamentos que se encontram no Arquivo Gustavo Marques, guardado no Museu Nacional de Arqueologia.

O artigo resultante (MARQUES, 1987), com o título “*Aspectos da proto-história do território português III – Castelo da Amoreira (Odivelas, Loures)*”, inseria-se num programa mais vasto, em que o autor, primeiro acompanhado por Gil Miguéis de Andrade (Marques e Andrade, 1974), e posteriormente a solo (MARQUES, 1982-83), pretendiam desenvolver a ideia de uma denominada “*Cultura de Alpiarça*”. Nesse âmbito atribuiu uma cronologia para a ocupação do sítio rondando “*(...) a passagem do século IV para o V a.C.*”, admitindo o reconhecimento de possíveis muralhas do povoado (MARQUES, 1987, p. 55), facto com eco posterior (FABIÃO, 1992), mas a necessitar de uma sólida corroboração arqueológica.

Não podemos deixar de aqui abordar a questão da existência de uma “*Cultura de Alpiarça*”, pois a mesma tem conduzido a uma equivocada interpretação do sítio, quer em termos de cronologia, quer em termos de interpretação conceptual. De tal forma, que isso se reflecte na recente toponímia arqueológica atribuída a várias das artérias da urbanização da Serra da Amoreira, com base nos conhecimentos acumulados e disponíveis à época, nomeadamente, as ruas do “Paleolítico”, da “Idade da Pedra”, da “Idade do Bronze”, da “Idade do Ferro”, do “Castro da Amoreira”, “Lusitanos”, “Viriato” e “Povos de Alpiarça”. Mas também suscitando discussões menos informadas de âmbito local que, apesar das boas intenções, têm enaltecido os interessantes testemunhos arqueológicos de forma mitificada e esotérica (CM, 1997; JN, 1997; ADRIÃO, 2010; Odivelas.com, 2010; VAZ, 2001 e 2010).

A ideia de uma “*Cultura de Alpiarça*”, proposta por G.M. Andrade e G. Marques (1974) baseava-se exclusivamente em critérios tipológicos, aplicando-se a todos os sítios onde ocorriam cerâmicas manuais brunidas e outros artefactos de excepção, como as fíbulas de dupla mola ou os braceletes múltiplos de bronze, sendo assim de alcance muito limitado e assaz redutor. Não é aqui o local para explicar o estado da questão em torno desta problemática, mas importa reter que hoje em dia está completamente ultrapassada a leitura da existência de uma cultura com a denominação da bela vila ribatejana de Alpiarça. No que concerne este assunto, remetemos para o trabalho de Raquel Vilaça e colaboradores (1999), onde se efectua um ponto de situação e fornece pela primeira vez um enquadramento cronológico adequado e assente em intervalos temporais absolutos, obtidos pelo radiocarbono.

Ainda entre as anotações de G. Marques, surgia o alerta para a presença de muitos restos de talhe e utensílios de sílex, que não corresponderiam a depósitos *in loco*, mas antes à remobilização de terras e cascalhos de pedreiras da área, nomeadamente de Pedernais e Montemor, trazidas para ali durante o assentamento e construção do depósito de água e da pavimentação do estradão de acesso. Aliás, é curioso que durante a construção daquele depósito, com um impacto localizado, mas considerável, e em data anterior às recolhas mencionadas, não se tenha detectado o sítio arqueológico.

A intenção de classificação do sítio, inicialmente proposta por G. Marques e acolhida pelo Município, e o conhecimento da extensão da área de ocupação da estação proto-histórica, bem como a contínua implantação de antenas no local do povoado, conduziram, posteriormente à intervenção de 1986, a uma campanha de sondagens arqueológicas entre Outubro e Dezembro de 1993, dirigidas por António Cavaleiro Paixão, do então Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), em parceria com o Município de Loures, representado pela arqueóloga Ana Cristina Oliveira<sup>6</sup>, e o apoio da Junta de Freguesia da Ramada (CML, 1995). Porém, os resultados obtidos mantêm-se inéditos, sobretudo por se desconhecer o paradeiro dos registos produzidos pelo director da escavação e a ausência de um relatório entregue acerca desses trabalhos<sup>7</sup>. Restam assim, para além da curta notícia, de uma página, no *Boletim Cultural de Loures* (CML, 1995), apenas as nótulas e cópias de alguma documentação original tomadas pela arqueóloga A.C. Oliveira, disponíveis no museu de Loures.

As sondagens efectuadas em 1993 foram implantadas na área central, a este do Geodésico da Bica, próximo da área anteriormente sondada por G. Marques, e em zonas periféricas, sobre taludes e alinhamentos de pedras referenciados como possíveis testemunhos de amuralhados, a norte, oeste e sul da área central (Fig. 2 e 3.1).

<sup>6</sup> À data G. Marques já não trabalhava para o Município de Loures.

<sup>7</sup> A busca do paradeiro deste relatório levou-nos à consulta do Arquivo de Arqueologia (herdado do Instituto Português de Arqueologia, e hoje DGPC), tendo-se verificado a existência de um volume associado ao Processo n.º 87/1(185), que apenas contém documentação administrativa com alguma informação acerca do sítio. Posteriormente, verificou-se a existência de outro processo com dois volumes – Proc. n.º 93/23-7(9) titulado: “Recuperação dos bairros do Castelo, Quinta do Castelo e Tomada da Amoreira, na Serra da Amoreira” – no Arquivo da extinta Direcção Regional de Lisboa, do IPPAR. Uma vez mais aquele contém no essencial documentação administrativa acerca dos bairros da Serra da Amoreira e dos achados arqueológicos, nomeadamente do Castelo da Amoreira. Também aí não se encontrou qualquer relatório referente aos trabalhos de 1993.

Assim, se a recolha na área central, de alguns elementos cerâmicos brunidos, reforça a ocupação do Bronze final, detectada anteriormente, os putativos amuralhados não foram confirmados nas áreas periféricas, correspondendo antes a simples muros de rocha basáltica para divisão de parcelas de propriedade ou retenção de terras, inclusive assentando sobre a camada de terras negras com materiais recentes.

Também, na acção de 1993 foram detectados à superfície da área superior da vertente sul-sudeste, alguns fragmentos cerâmicos “pré-históricos”, o que coincide com algum material similar

detectado no âmbito de prospecções realizadas por um de nós (RB) nos cortes de um desaterro, aberto alguns anos atrás (entre 2004 e 2005) pela Junta de Freguesia da Ramada, no que será o prolongamento da “Rua da Idade do Ferro” para poente. Infelizmente, os materiais cerâmicos recolhidos até agora não permitiram uma caracterização mais detalhada.

No início do século 21, na sequência de trabalho académico do curso de Arqueologia e coincidindo com a abertura desacompanhada de mais uma vala para implantação de uma antena, foi recolhido diverso espólio arqueológico (ANDRADE & CARDOSO, 2004), sobretudo líticos lascados e um polido, e cerâmica. Entre o espólio destacava-se a presença de um fragmento de bordo de taça espessado externamente e decorado pela técnica de denteado (ANDRADE & CARDOSO, 2004, p. 158, fig. 21). Com base neste fragmento os seus autores pretenderam remontar ao Neolítico final a ocupação do sítio, proposta que um de nós (RB) considerou plausível face ao espaço necropolizado daquele e seguinte períodos, no Campo de Trigache, que se estendia a sudoeste da base do monte (BOAVENTURA, 2009, p. 97). Contudo, não podemos deixar de referir que esta decoração labial se encontra igualmente atestada em sítios da Idade do Bronze (VILAÇA, 1995; CARDOSO & SILVA, 2004, p. 248).

Além da questionável adscrição do bordo cerâmico, deparamo-nos com o problema colocado por G. Marques da remobilização de líticos lascados, assim como, da ausência de outros elementos cerâmicos caracterizadores do Neolítico, recolhidos nas várias intervenções ali efectuadas. Portanto, anotamos com reserva uma ocupação neolítica ou calcolítica naquele local, bem como do Paleolítico, esta última apenas crível, segundo os dados coligidos, na base e encostas poente e setentrional do monte. Contudo, a recolha pontual de materiais de cariz “pré-histórico” na extensa vertente virada a nascente-sul, coloca a possibilidade de outras ocupações, ainda hoje não suficien-

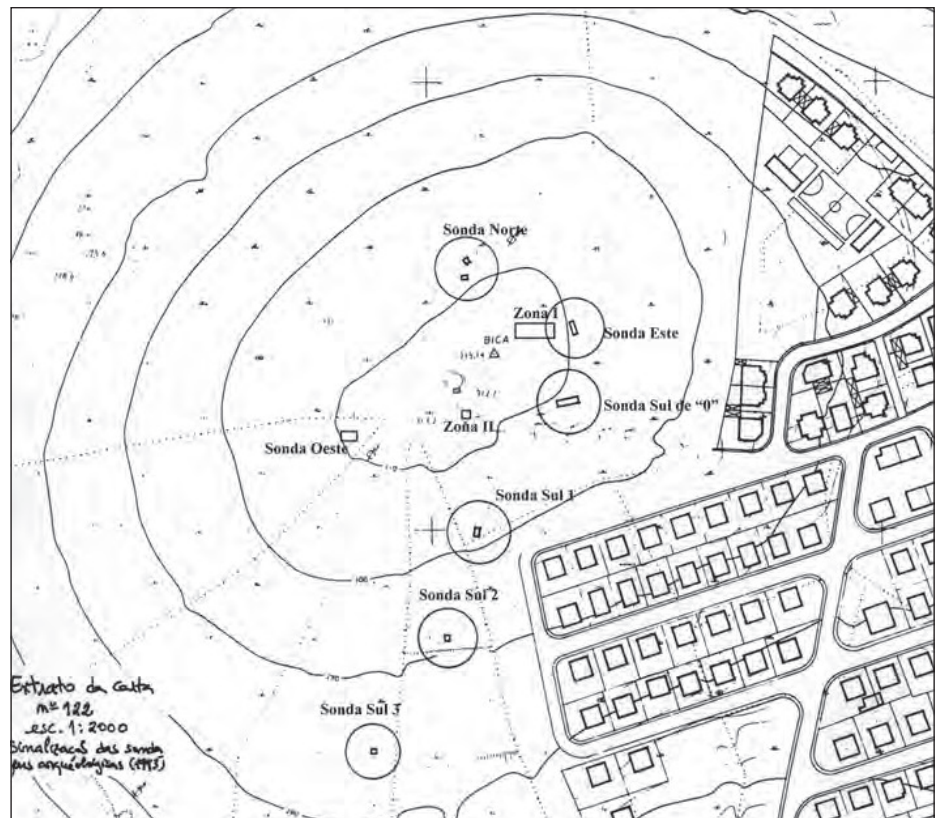


Fig. 2 – Localização das áreas intervencionadas em 1986 (Zona I e II) e em 1993 (Sondas Norte, Este, Sul de “0”, Sul 1-3 e Oeste). Adaptado de cópia de Extracto de Carta Cadastral n.º 122, 1:2.000 (Arquivo de Arqueologia do Museu Municipal da Quinta do Conventinho – AAMMQC).





**Figs. 3.1** – Sondagem no Sector Norte (10/03/1993) com os arqueólogos (da direita para a esquerda) A.C. Paixão, A.C. Oliveira e J. Marques (AAMMQC); **3.2** – Vista de ponte para o muro detectado nos quadrados Q1 e Q3 da Zona I (Arquivo Gustavo Marques, Museu Nacional de Arqueologia).

temente caracterizadas, ou entretanto erradicadas – os achados de Amoreira 2 (BOAVENTURA, 2003; CNS-19371) e de Quinta do Castelo Nascente (ANDRADE & CARDOSO, 2004) recordam-nos isso mesmo.

Sem querermos ser peremptórios acerca da existência, ou não, de uma ou mais linhas de muralhas, os dados disponíveis até momento inclinam-se a negá-la. Isto porque, para além daqueles pontos já sondados, onde se verificou a sua ausência, há outros micro-relevos carecendo de novos trabalhos de campo, nomeadamente para a verificação da sua natureza antrópica e, a confirmar-se, do seu correcto enquadramento cronológico. Contudo, o que hoje é observável corresponde em grande parte a muros agrícolas e de divisão de propriedade, bem como de taludes resultantes de movimentações de terras e pedras, casos de cronologia indeterminada, mas provavelmente moderna-contemporânea.



Apesar das limitações referidas acima, para as escavações e prospecções no topo da Serra da Amoreira, com base nos dados compilados até hoje, é possível inferir uma concentração de materiais na plataforma a este-sudeste do marco geodésico, mas com uma mancha de dispersão de materiais em redor daquela que abrangerá cerca de 9 hectares. No entanto, esta leitura deverá ser matizada, pois a Serra da Amoreira encontra-se muito antropizada, não sendo tácito que aquela dispersão corresponda à real área ocupada no passado.

### 3. REVISÃO DOS DADOS DISPONÍVEIS.

Um primeira abordagem para o sítio do Castelo da Amoreira foi reunir todo o acervo ali recolhido, e que se encontra depositado no Museu Municipal da Quinta do Conventinho. Esta análise foi facilitada pela disponibilidade do Município de Loures, nomeadamente das suas arqueólogas, que também nos deram acesso a alguns apontamentos efectuados na campanha de 1993, de A.C. Paixão.

Tivemos ainda acesso aos apontamentos de campo de G. Marques (Depositado no Museu Nacional de Arqueologia), o que nos permitiu conhecer com maior detalhe as suas recolhas e possíveis contextos arqueológicos.

As áreas intervenionadas em 1986 incidiram, nos dias 8 e 9 de Julho, na “grande cova” resultante da extracção de terras, com cerca de 8 metros de largura (num eixo oeste-este) por 18 metros (num eixo sul-norte), sobretudo em 4 talhões da extremidade setentrional, perfazendo uma área de 2,25 metros de largura. Desta área, para além do machado recolhido anteriormente e que suscitou a descoberta do sítio, foram recolhidos fragmentos cerâmicos brunidos, líticos lascados e mais dois instrumentos polidos, sobretudo no 2º e 3º talhões.

Os restantes dias, em períodos não consecutivos (de 22 de Julho a 28 de Agosto) desenvolveram a intervenção aproximadamente na mesma área, agora designada por Zona I (Fig. 4), e em

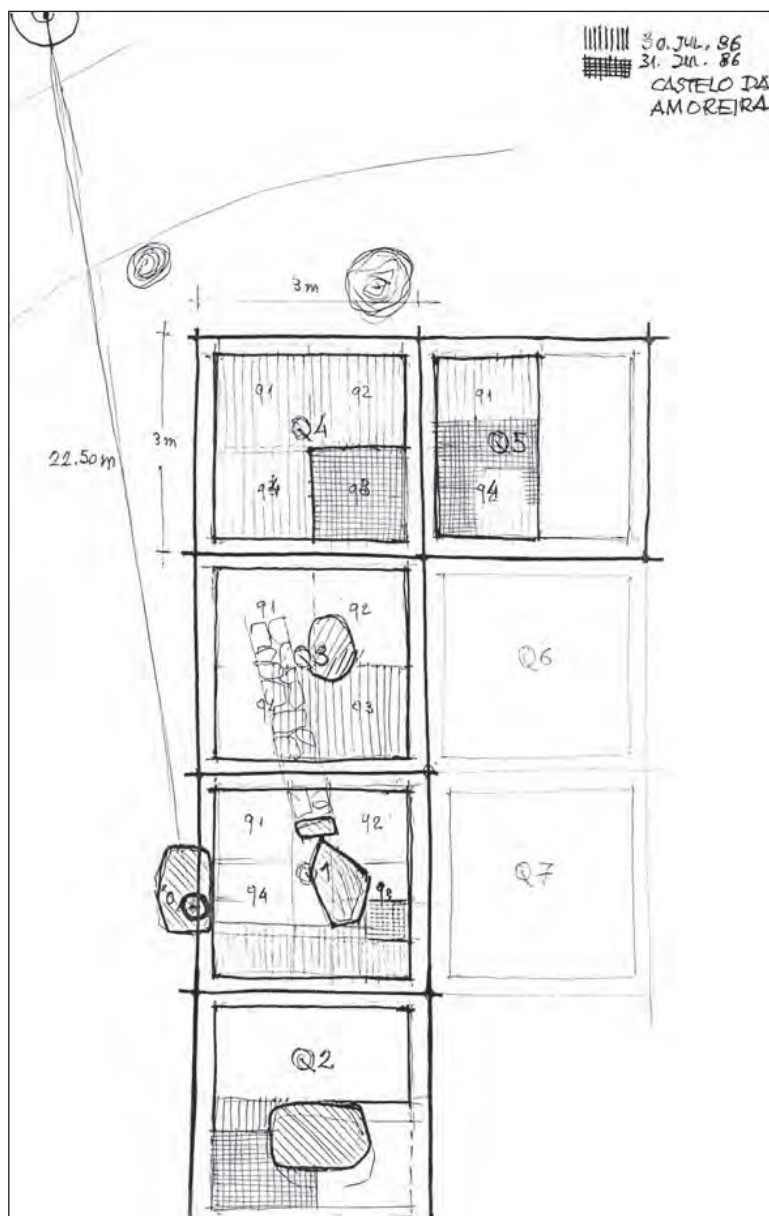
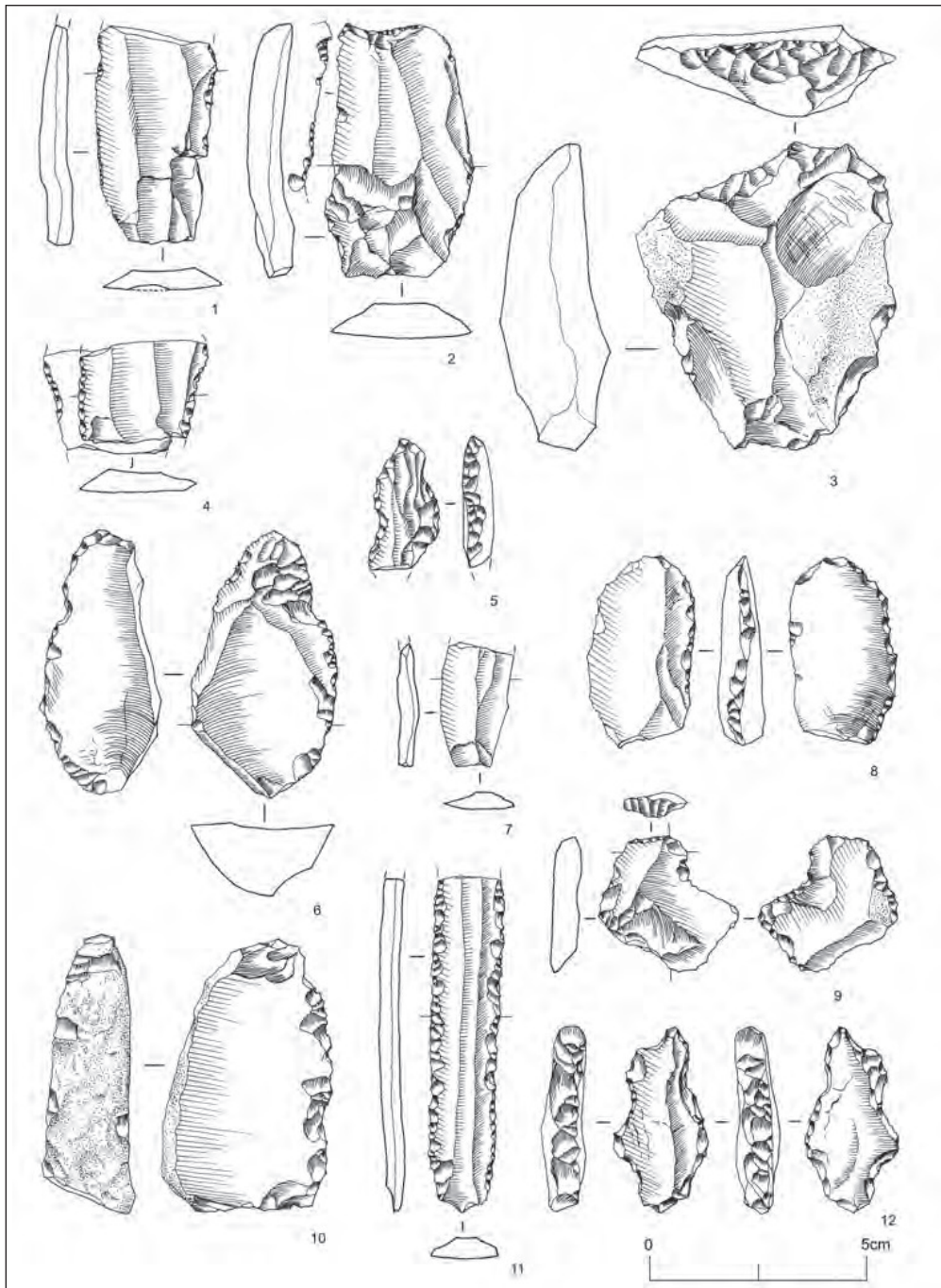


Fig. 4 - Apontamento de G. Marques acerca da Zona I, com indicação do “Poço de controle” e vala estratigráfica (Arquivo Gustavo Marques, Museu Nacional de Arqueologia).



**Fig. 5** - Líticos lascados de Castelo da Amoreira. Desenhos de F. Sousa.

sondagens por quadrados. Esta situava-se para este-nordeste do Marco Geodésico da Bica, a cerca de 22,5 metros de distância do ponto “0” estabelecido sobre um grande bloco de basalto, na face sul do quadrado Q1. Entretanto, no dia 31 de Julho, sondou-se a Zona II, a sul do depósito de água, na curva do caminho de acesso àquele, junto a um alinhamento de pedras que G. Marques presumia ser um talude de muralha – a confirmação ou negação desta suposição está omissa nos seus apontamentos, mas a ausência dessa informação parece indicativa de que tivesse resultado negativa.

Entre os quadrados 1 e 3 foi identificado um putativo muro de cabana (Fig. 3.2; MARQUES, 1987, p. Fig. 3), que poderá ter uma adscrição bronzífera. Contudo, os dados conhecidos não permitem assegurar com rigor esta assumpção. Aliás, G. Marques (1987), apesar de apresentar imagens gerais da Zona I, o local onde se encontrava a dita estrutura, este não a realçava, talvez por causa da natureza preliminar da nota ou porque não estava confiante dessa leitura. Porém, nos seus apontamentos, os desenhos das dispersões de blocos basálticos realçam um alinhamento de pedras, referido pelo arqueólogo como recto e com cerca de 40 cm de largura. No entanto, a observação do desenho e das fotos disponíveis suscitam dúvidas, parecendo-nos que aquele alinhamento murário se encurva, recordando um soco de possível cabana, servindo esta impressão para o reforço da ideia de este sítio corresponder a um lugar de habitação e, por ordem de razão, um povoado.

Ainda que não se conheçam em detalhe as coordenadas de recolha de J.L.M Gonçalves em Julho de 1985, segundo os apontamentos de G. Marques, o primeiro tê-las-á efectuado na área de extracção de terras, entretanto projectada pelo segundo. Assim, as cerâmicas manuais, nomeadamente as de ornatos brunidos, recolhidas tanto pelo primeiro prospector, como pelo segundo, provêm daquela “cova de terras”, e das Zonas I e II, intervencionadas por quadrados, pelo segundo. Portanto, a presença daqueles elementos na mesma área onde se detectou a estrutura murária, coloca a questão da sua real associação espacial e estratigráfica – o que não foi ainda possível demonstrar cabalmente, nem se será viável intentá-lo, face ao registo limitado desta intervenção. Também, apesar da abertura de dois “poços de controle” estratigráficos (nas Zonas I e II) e de um corte no Q1, não parece que em todas as áreas intervencionadas se tenha alcançado o substrato rochoso.

Quando avaliamos, portanto, as duas campanhas de trabalhos desenvolvidas no Castelo da Amoreira, primeiro por G. Marques, e depois por A.C. Paixão, não é ainda possível assegurar claras estruturas arqueológicas “antigas”, nem de habitação, nem de amuralhado delimitador ou defensivo, coevos dos materiais bronzíferos. Todavia, cremos ser plausível, pelo menos, a já referida estrutura murária.

### 3.1 – Líticos talhados e polidos

A discussão do espólio lítico, sobretudo o talhado, está estrangida pela informação de G. Marques, da remobilização de cascalho de pedreiras. No entanto, se a abundância de líticos talhados pode dever-se àquele transporte, a presença deste tipo de peças nos mesmos estratos das cerâmicas brunidas está, aparentemente, atestada pelos resultados das escavações realizadas em 1986 e em 1993. De facto, tais elementos surgiram também nas mesmas áreas onde se recolheram os artefactos de pedra polida e as cerâmicas atribuíveis ao Bronze final.

A colecção de líticos talhados (Fig. 5) separa-se essencialmente em três grandes grupos: um grupo de lascas e restos de talhe; outro de utensílios expeditos, correspondendo essencialmente a raspadores sobre lasca, alguns furadores e lascas com ensaios de retoque; e, finalmente, um pequeno conjunto de produtos alongados, de que se destaca uma lâmina retocada nos gumes laterais quase completa (terá três quartos da sua provável dimensão original).

Finalmente, a um dos primeiros achados deste sítio, um machado de secção poligonal de anfíbolito (Fig. 6), quase integralmente polido, juntaram-se mais dois pequenos utensílios polidos, ambas enxós de xisto argiloso, bem como uma lasca de diorito de artefacto polido, e um fragmento de peça de anfíbolito polida – esta última das recolhas de M. Andrade e M. Cardoso (2004; Informação pessoal de M. Andrade).

Com base em alguns dos elementos líticos referidos, G. Marques (1987: 55) estipulava dois períodos de ocupação anteriores àquela mais explícita, da “Cultura de Alpiarça”, hoje correspondente ao Bronze final. Seriam então, uma atribuída ao “Paleolítico” e outra ao “Neolítico-Época do Cobre”. No entanto, os materiais em apreço foram recolhidos nos mesmos contextos que a restante cerâmica bronzífera, pelo que ao menos duas questões de correlação se colocam:

- Os contextos escavados encontravam-se misturados, dada a reduzida potência (cerca de 20-40 cm de profundidade) e a natureza das terras do manto basáltico, que ao secar durante a época de estio, provoca a percolação de materiais pelas suas fendas;
- A presença de utensílios líticos lascados e polidos em contextos do Bronze e, inclusive, do Bronze final, é um aspecto subvalorizado face a elementos mais caracterizadores deste períodos, nomeadamente as cerâmicas carenadas e/ou brunidas, e os artefactos metálicos.

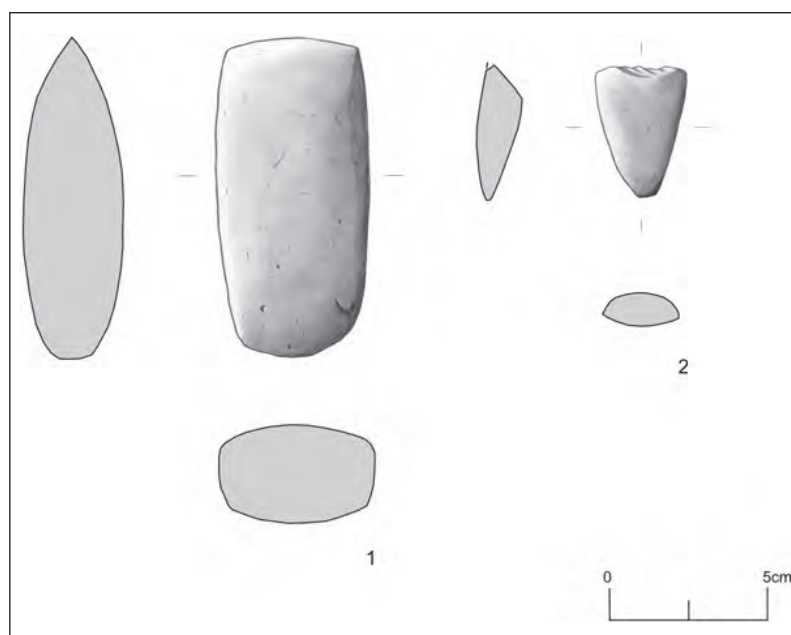


Fig. 6 – Líticos polidos de Castelo da Amoreira. Desenhos de I. Conde.

Face ao que temos vindo a expôr inclinamo-nos para a segunda hipóte-

se, mesmo que padecendo de aprofundamento neste e outros sítios da região. Aliás, em alguns contextos da Idade do Bronze tem vindo a ser realçada a presença de líticos talhados, nomeadamente nos sítios de Casal da Torre, Torres Novas (CARVALHO *et al.* 1999; CARVALHO, 2009) e Torre Velha 3, Serpa (PEREIRO *et al.*, 2010/2011).

Por outro lado, a primeira hipótese é também plausível para esta e outras situações. Porém, a registar-se uma ocupação neolítica anterior, seria expectável encontrar-se não só os elementos líticos, mas também fragmentos cerâmicos enquadráveis com aquele período, o que não foi possível verificar até o momento no espólio exumado. Finalmente, os característicos denticulados, normalmente recolhidos e atribuídos a momentos do Bronze, não foram identificados no presente conjunto de líticos.

### 3.2. Recipientes cerâmicos

A análise das centenas de fragmentos de recipientes cerâmicos recolhidos no Castelo da Amoreira demonstrou que são essencialmente de fabrico manual. Os únicos fragmentos atestados de cerâmica a torno correspondem já a materiais de época moderna e contemporânea. Embora não tenhamos a localização exacta de parte destes materiais para uma correcta interpretação dos seus contextos, aqueles atestam pela sua morfologia e acabamentos um leque variado de funções, mas simultaneamente, uma homogeneidade cronológica de conjunto, naquilo que tem vindo a ser definido para a península de Lisboa como Bronze final 2 (CARDOSO & CARREIRA, 1993; CARDOSO, 1999-2000).

Entre o conjunto predominam os grandes contentores de armazenamento de colo alto e lábio simples, que poderão ter servido para armazenagem de eventuais excedentes agrícolas (Fig. 7). Estes apresentam bons paralelos em níveis da Idade do Bronze final na região de Alpiarça (MARQUES, 1972; KALB & HÖCK, 1985) onde, segundo a proposta de tipologia de G. Marques, formas similares com carena bem acentuada no colo – tais como aqueles representados na Fig. 7.6-7 – corresponderiam à sua forma IV (MARQUES, 1972). Esta forma encontra-se igualmente bem atestada em diversas estações na península de Lisboa em contextos coetâneos (CARDOSO, 1997/1998

a, 2003, 2006 e 2010/2011 a, b; CARDOSO & SILVA, 2004), assim como no povoado de Santa Sofia, em Vila Franca de Xira, aqui já com uma cronologia de inícios da Idade do Ferro, ainda que com fortes tradições indígenas do Bronze final, (PIMENTA & MENDES, 2010/2011). A mesma forma encontra-se identificada na região da Beira Baixa (VILAÇA, 1995) e vale do Mondego (SENNA-MARTINEZ, 1993).

Ainda relacionada com contentores de armazenamento, registou-se uma pega lateral característica deste tipo de recipiente (Fig. 8.1).

Os potes de menor dimensão e de colo extrovertido, ou de tendência extrovertida, têm bons paralelos na península de Lisboa, nomeadamente nos povoados da Tapada da Ajuda, Lisboa (CARDOSO, 1994, 1995a e 1995b; CNS- 5216) e Cabeço do Mouro, Cascais (CARDOSO & SILVA, 2004; CARDOSO, 2006), onde se encontram bem atestados (Figs. 7.1-5, 7.9-19).

O fabrico destes contentores evidencia pastas médias, muito raramente grosseiras, nelas avultando os elementos não plásticos de quartzos, micas e elementos basálticos, apresentando-se em geral compactas e duras, com núcleos escuros e superfícies castanho-anegradadas. O acabamento destas pode apresentar-se cuidado, ou mais irregular, mas sempre alisadas, por vezes recorrendo à técnica “a cepillo”.

Entre o conjunto cerâmico destaca-se ainda um conjunto de materiais com um claro tratamento diferenciado a nível das suas superfícies, bem como um fabrico distinto, evidenciando pastas de textura fina e média com escasos elementos não plásticos, bem distribuídos. As superfícies encontram-se alisadas e brunidas, incluindo algumas delas a aplicação prévia de uma aguada, sobre a qual é aplicada a decoração recorrendo possivelmente a seixos (Fig. 8). Esta típica decoração é característica desta fase final da Idade do Bronze, sendo conhecida como “cerâmica de ornatos brunidos”, tipo Lapa do Fumo (CARDOSO, 1997/1998 a; SOARES, 2005).

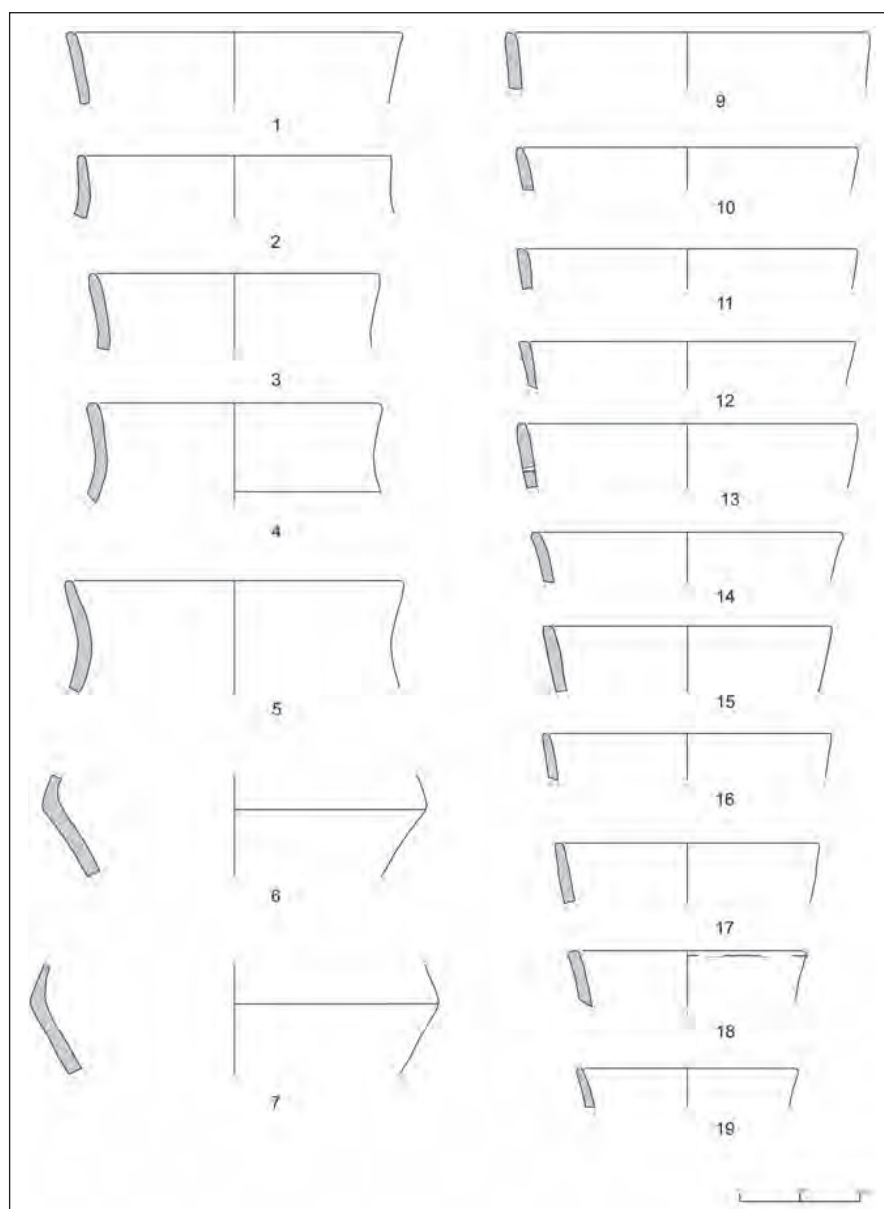
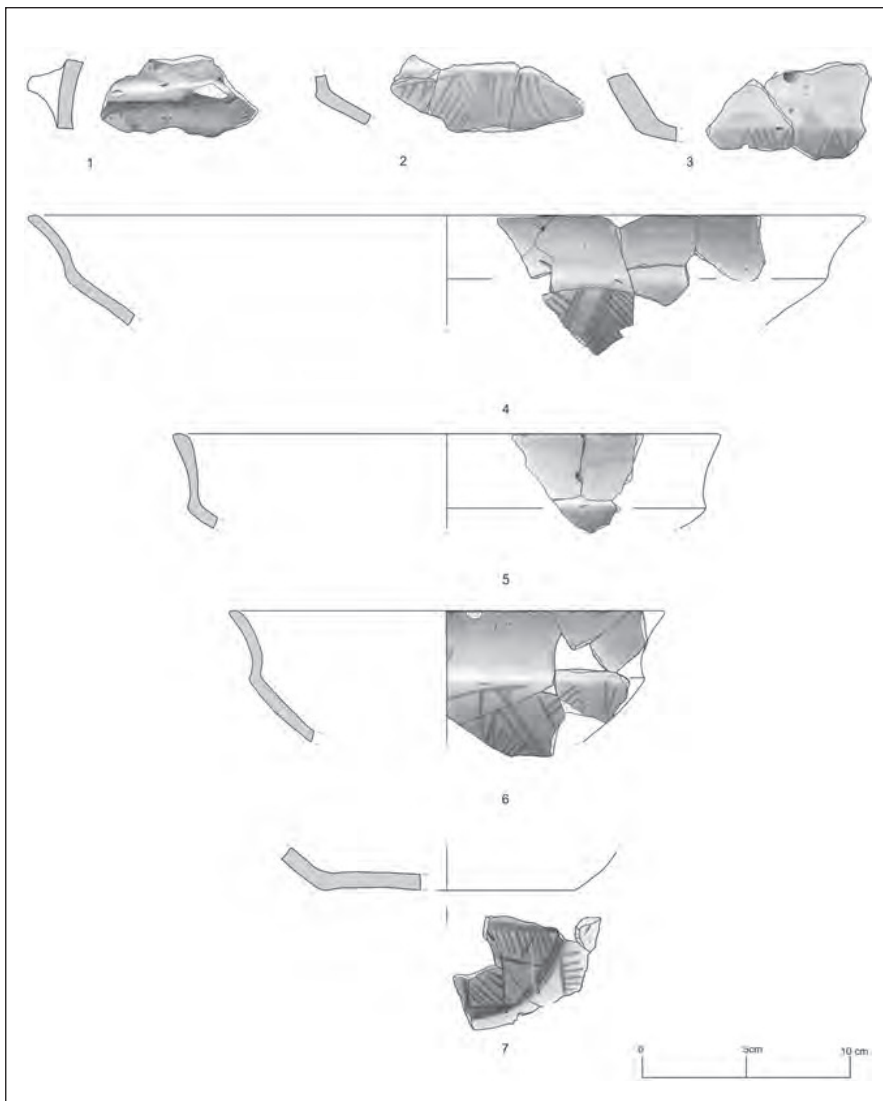


Fig. 7 - Recipientes cerâmicos de Castelo da Amoreira.



**Fig. 8** – Recipientes cerâmicos mamilado e com “ornatos brunidos” de Castelo da Amoreira. Desenhos de I. Conde.

*cerâmicas na Estremadura, as quais se prolongaram até à introdução na região das primeiras produções orientais, feitas ao torno rápido, no século VIII/VII a.C., através do comércio fenício, acompanha o advento de povoados de altura, onde ocorrem preferencialmente.”* (CARDOSO, 1997/1998 b, p. 159).

Na região em apreço este emparelhamento de sítios de altura / “ornatos brunidos” encontra-se documentada no Castelo dos Mouros, Sintra (CARDOSO, 1997/1998 a), Cabeço do Mouro, Cascais (CARDOSO, 2010/2011 a, b; CNS-8286), Cabeço dos Moinhos, Mafra (VICENTE & ANDRADE, 1971; CNS-4620) e Monte da Pena/Barro, Torres Vedras (MADEIRA *et al.*, 1972; CNS-662).

Os “ornatos brunidos” conservados de Castelo da Amoreira ocorrem sempre na face externa dos recipientes, correspondendo a temáticas decorativas de natureza geométrica.

A nível formal, apesar do estado de fragmentação do conjunto, é possível individualizar, dois grandes grupos. Um englobando grandes recipientes fechados, e outro, vasos de menores dimensões, nomeadamente as características taças carenadas. Os exemplares patentes no Castelo da Amoreira são integráveis no grupo do Tejo e datáveis genericamente dos séculos 10-9 (1000-800) a.n.e.<sup>8</sup> (VILAÇA & ARRUDA, 2004). Estes encontram bons paralelos na vizinha estação da gruta do Correio-Mór, Loures (CARDOSO, 1997/1998 b; CNS-13117), sítio que poderá, face à sua proximidade, ter estado directamente correlacionado com este povoado.

Segundo João Luís Cardoso, “(...) a afirmação de tais

<sup>8</sup> Antes da nossa Era, sigla de designação equivalente a “a.C.”, antes de Cristo.

#### 4. FASEAMENTO DA OCUPAÇÃO DO CASTELO DA AMOREIRA

Conforme referido acima, a diacronia da ocupação humana da Serra da Amoreira parece demonstrada desde, aparentemente, o Paleolítico. Também os períodos do Neolítico final e Calcolítico poderão ser referidos, ainda que não cabalmente demonstrados. Contudo, na área do sítio denominado Castelo da Amoreira não foram recolhidos elementos suficientemente esclarecedores para aquelas ocupações, ainda que alguns deles possam ser argumento para tal presunção.

Assim, a esmagadora maioria da informação, quer de natureza contextual, quer das recolhas de superfície, parece corresponder a uma clara ocupação datada da Idade do Bronze final, podendo ser enquadrada em termos cronológicos a partir dos inícios do terceiro quartel do 2º milénio (1500-1250) a.C. até ao século IX (800) a.C. ou inícios do seguinte (CARDOSO, 2004, p. 177).

Tendo em conta a abundante presença neste sítio de cerâmicas decoradas com ornatos brunidos do tipo “Lapa do Fumo”, é possível precisar um pouco mais esta cronologia, inserindo-se a ocupação do Castelo da Amoreira dentro daquilo que tem vindo a ser designado, por J.L. Cardoso, como Bronze Final 2, com balizas cronológicas entre os séculos X e IX (1000-800) a.C. (CARDOSO & CARREIRA, 1993; CARDOSO, 1999-2000). É, aparentemente, nesta fase que se terá estabelecido um povoado, possivelmente de grande dimensão, quiçá fortificado, no topo aplanado da Serra da Amoreira, e eventuais núcleos de habitação nas suas encostas.

A emergência de um povoado de altura como o Castelo da Amoreira que, face aos dados conhecidos, seria um dos maiores povoados da Estremadura, “*é indissociável da existência de centros de poder económico-político e da afirmação das correspondentes elites, sediadas em tais locais*” (CARDOSO, 2004, p. 178).

O Castelo da Amoreira poderá, assim, ter assumido um papel de centralidade, controlando vastas áreas, e tendo na sua esfera de influência outros núcleos de povoamento de menor dimensão e sem condições de defesa. É plausível vislumbrar a existência de sítios de cariz agrícola explorando os férteis vales na base da Serra da Amoreira, tais como o vale da ribeira de Caneças e o vale de Loures. Destes povoados pouco ou nada sabemos, perante o abrupto crescimento urbanístico de toda esta área. Porém, G. Marques menciona a existência de casais agrícolas desta fase, que tinham sido reconhecidos na área, nomeadamente, os sítios de Marzagão e Abrunheira, dos quais, porém, nada sabemos além da referência, de que o autor tinha então notícias em preparação (MARQUES, 1987 p. 58).

#### 5. O CASTELO DA AMOREIRA E O FINAL DA IDADE DO BRONZE NA ESTREMADURA.

Na área da península de Lisboa, ainda que com estados de conhecimento muito desiguais, são conhecidos diversos sítios com características similares e ocupações contemporâneas àquela do Castelo da Amoreira. Caracterizam-se por grandes ocupações de cumeada, instaladas sobre os mais destacados pontos na paisagem.

Embora não estejam disponíveis dados recentes de escavação para a maioria daquelas ocupações, em muitas delas parecem ter-se incrementado as condições naturais de defensabilidade com possíveis dispositivos defensivos.

A instalação destes grandes aglomerados em pontos de destaque na paisagem, para além de atestar uma eventual necessidade de defesa, poderá estar associada à manutenção do sentido identitário das comunidades: “*mais do que ver, estes povoados são vistos*” (MATALOTO, 2012 p. 208) ou, pelo menos, seriam facilmente apontados na paisagem.

Uma melhor percepção do povoamento, onde se integra o Castelo da Amoreira, leva-nos a cartografar os sítios melhor conhecidos (Fig. 1), assinalando de sul para norte: Cabeço do Mouro, Cascais (CARDOSO, 1991), Castelo dos Mouros, Sintra (CARDOSO, 1997/1998 a); Penha Verde, Sintra (CARDOSO, 2010/2011 a; CNS-4436), Penedo de Lexim, Mafra (SOUSA, 2010; CNS-664), Cabeço de Moinhos, Mafra (VICENTE & ANDRADE, 1971),



Castro do Amaral, Alenquer (PIMENTA & MENDES, 2010/2011; CNS-18155), Serra do Socorro, Mafra (MATIAS, 2003), Monte da Pena, Torres Vedras (MADEIRA *et al.*, 1972), Castro da Ota, Alenquer (Barbosa, 1956: CNS-3036) e Castro de Pragança, Cadaval (SENNA-MARTINEZ, 2002; CNS-1260). Apesar de não ser aqui o espaço, nem o intuito deste trabalho, não podemos deixar de efectuar alguns comentários gerais.

Um dos elementos que se destaca quando analisamos a rede de povoamento de altura dos finais da Idade do Bronze da Estremadura, é a sua intervisibilidade entre sítios, ainda que em muitos casos por localização da silhueta dos relevos onde se encontram. Associado a este factor deparamo-nos com uma aparente interioridade, face aos estuário do rio Tejo e oceano Atlântico, pois nenhum dos sítios se implementa directamente sobre o rio ou costa, em áreas de potencial portuário. Este parece ser realmente, à luz dos nossos conhecimentos, um denominador comum, sendo essa apetência de domínio portuário preterida à opção por localizações estratégicas de amplo domínio da paisagem e de áreas de portela natural. Isto, mesmo que de diversos sítios a observação do rio e do oceano seja possível, ainda que à distância, caso do Castelo dos Mouros, Sintra, Castelo da Amoreira, Odivelas, e Castro do Amaral, Alenquer.

Omitimos da lista, propositadamente, o Castelo de São Jorge, Lisboa. Ainda que este tenha sido sugerido como plausível e provável povoado da Idade do Bronze (FABIÃO, 1992; CARDOSO, 2002), tal carece de fundamento. De facto, as extensas escavações aí efectuadas entre 1996 e 2010, apesar de terem identificado extensas e complexas estratigrafias, deixando entrever a longa diacronia de ocupação de Lisboa, nunca revelaram qualquer nível da Idade do Bronze. Antes pelo contrário, demonstraram que os níveis orientalizantes assentam directamente sobre o substrato geológico. Assim, até que outras evidências possam ser identificadas, a génese de ocupação da colina do Castelo de São Jorge terá apenas ocorrido nos inícios da Idade do Ferro. Assim sendo, a única excepção a este modelo parece corresponder o povoado de Almaraz, Almada, já na margem sul do Tejo, que, segundo os seus investigadores, teria uma ocupação ainda da Idade do Bronze final (BARROS, CARDOSO & SABROSA, 1993).

Esta transição do Bronze final para a Idade do Ferro remete-nos para os dados do Castelo da Amoreira, onde a evidência disponível parece indiciar que a ampla área ocupada é abandonada, em fase simultânea ao arranque da interacção com o mundo colonial fenício do vale do Tejo. A chegada dos mercadores fenícios a este estuário, em meados do século 9 a.n.e., desencadeia uma série de contactos que poderá ter levado à reorientação das estratégias de povoamento e conduzido à emergência de um novo pólo aglutinador do território (Arruda, 2005). Sítios como o Castelo da Amoreira, provavelmente um dos grandes povoados desta fase, terão sido abandonados, surgindo na mesma área geográfica o povoado da colina do Castelo de Lisboa. Não deixa de ser pertinente sublinhar que os dados conhecidos para este último sítio, revelam que desde a sua primeira fase de ocupação, este apresenta uma dimensão considerável, estendendo-se a toda a colina do Castelo, desde a sua acrópole até às margens do rio Tejo (ARRUDA, 1999-2000).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS DE INVESTIGAÇÃO

Ainda que conhecido na literatura científica desde finais dos anos Oitenta do século passado (MARQUES, 1987), o sítio do Castelo da Amoreira acabou por cair no esquecimento, não sendo mencionado nas principais listas e sínteses elaboradas sobre o povoamento proto-histórico da Estremadura (BUBNER, 1996; CARDOSO, 2004; VILAÇA & ARRUDA, 2004; SOARES, 2005). Para tal terá contribuído, com certeza, a mera nota de apresentação publicitada em revista de fraca circulação, seguida da saída do Município e doença do investigador, bem como da não divulgação dos trabalhos posteriores. Porém, apesar de hoje em dia aquele espaço se encontrar antropizado e e parcialmente destruído, ainda é possível verificar uma ampla e densa mancha de dispersão de materiais da Idade do Bronze.

Com este contributo pretendemos trazer à colação os elementos disponíveis e que se encontravam dispersos sobre esta importante estação arqueológica, resultando assim, imperativo, a prossecução de um plano de trabalhos sistemático que procure não só confirmar os dados já conhecidos, mas aferir da sua real dimensão e estruturação, bem como do ritmo de ocupação ali existente ao longos dos séculos.

## AGRADECIMENTOS

Ao Município de Odivelas, nomeadamente à então Chefe de Divisão de Cultura, Turismo e Património Cultural, Corália Rodrigues e aos técnicos superiores Ana Paula Silva e Miguel Ferreira. Ao Município de Loures, nomeadamente às arqueólogas Ana Cristina Oliveira, Florbela Estêvão e Ana Raquel Silva; Ao então Director do Museu Nacional de Arqueologia, Luís Raposo; À arqueóloga Sofia Gomes (DGPC). Ao Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, João Luís Cardoso, por acolher e integrar este trabalho na revista.

## REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, V.M. (2010) – O Castro da Amoreira. *Odivelas.com*. 16 de Janeiro 2010. Disponível em linha: <http://odivelas.com/2010/01/16/o-castro-da-amoreira-2/>
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*. Madrid. Col. Biblioteca Praehistórica Hispana, 14.
- ALMEIDA, J. (1951) – Apenso a o *fundo atlante da raça portuguesa e a sua evolução histórica*. Lisboa: Edição do autor. Col. Ao Serviço do Império, 11.
- ARRUDA, A.M. (1999-2000) – *Los Fenícios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Universidad Pompeu Fabra de Barcelona: Carrera Edició, S.L. Col. Cuadernos de Arqueologia Mediterránea 5-6.
- ARRUDA, A.M. (2005) – Orientalizante e pós-orientalizante no sudoeste peninsular: Geografias e cronologias. *Actas del III Simpósio Internacional de arqueologia de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental. El Período Orientalizante*. Vol. 1 . Mérida, p. 277-303. Col. Anejos de AEspa. XXXV.
- BARBOSA, E. (1956) – O castro da Ota (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2ª série, 3, p. 75-85.
- BARROS, L.; CARDOSO, J.L. ; SABROSA, A. (1993) – Fenícios na Margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado do Almaraz – Almada. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 143-182.
- BOAVENTURA, R. (2003) – *Inventário do Património Arqueológico do Município de Odivelas*. Disponível no Arquivo da Direcção Geral do Património Cultural – Proc. 2003/1(119).
- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Doutoramento em Pré-História. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- BUBNER, T. (1996) – A cerâmica de ornatos brunidos em Portugal. In ALARCÃO, J. (ed.) – *De Ulisses a Viriato*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 66-72.
- (CM) CORREIO DA MANHÃ (1997) – Castro da Amoreira vedado ao público. *Correio da Manhã*. 28 de Agosto de 1997, p. 9.

- (CML) CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES (1995) – Estação arqueológica do Cerro da Amoreira – sua delimitação e caracterização. *Boletim Cultural*. Loures: Câmara Municipal, 9.
- CARDOSO, J.L. (1990) – A Presença oriental no povoamento da Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. *Estudos Orientais*. Lisboa. 1, p. 119-134.
- CARDOSO, J.L. (1994) – Comentário ao sítio arqueológico da Tapada da Ajuda. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa; Instituto Português de Museus, p. 109-126.
- CARDOSO, J.L. (1995a) – O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conímbriga*. Coimbra. 34, p. 33-74.
- CARDOSO, J.L. (1995b) – O povoado da Idade do Bronze Final da Tapada da Ajuda. In *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*. Lisboa. Instituto Português de Museus, p. 48.
- CARDOSO, J.L. (1997/1998 a) – O povoado do Bronze Final do Castelo dos Mouros (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 169-187.
- CARDOSO, J.L. (1997/1998 b) – As cerâmicas de ornatos brunidos da gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 155-167.
- CARDOSO, J.L. (1999/2000) – Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso do Bronze Final. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 355-413.
- CARDOSO, J.L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa. Editorial Verbo.
- CARDOSO, J.L. (2003) – A gruta do Correio-Mór (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 229-321.
- CARDOSO, J.L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: Um ensaio de História Regional*. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 12.
- CARDOSO, J.L. (2006) – A estação do Bronze Final do Cabeço do Mouro (Cascais): resultados das escavações realizadas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9 (1), p. 21-46.
- CARDOSO, J.L. (2010/2011a) – A ocupação do Bronze Final do povoado pré-histórico da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 579-590.
- CARDOSO, J.L. (2010/2011b) – “O Casal Agrícola do Bronze Final de Abrunheiro (Oeiras)”. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 33-74
- CARDOSO, J.L.; CARREIRA, J.R. (1993) – Le Bronze Final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage. *Méditerranée*. 2, p. 193-206.
- CARDOSO, J.L. & SILVA, I. M. (2004) – O povoado do Bronze final da Tapada da Ajuda (Lisboa): Estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (1), p. 227-271.
- CARVALHO, A.F. (2009) – Contribuição para o conhecimento do talhe da pedra na Idade do Bronze da Estremadura: O conjunto do Casal da Torre (Torres Novas). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 457-466.
- CARVALHO, A.F.; BRAGANÇA, F.; NETO, F. & JUSTINO, L. (1999) – O sítio da Idade do Bronze «Pleno» do Casal da Torre (Assentiz, Torres Novas). *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.*. Lisboa. 5, p. 63-81.
- CARREIRA, J.R. (1997) – Catujal: um povoado da Idade do Bronze (Médio) à entrada da “ria de Loures”. Contribuição para o estudo das influências do Bronze do Sudoeste na formação do Bronze estremenho. *Vipasca*. Aljustrel. 6, p. 119-140.

- CORREIA, V. (1912) – O Paleolítico em Portugal. Estado actual do seu estudo. *O Archeologo Português*. 17. Lisboa, p. 55-62.
- FABIÃO, C. (1992) – O passado Proto-Histórico e Romano. In MATTOSO, J. (ed.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. 1, p. 77-201.
- FERREIRA, O. da Veiga (1982) – *Guia descritivo da Sala de Arqueologia. Museu dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa.
- FÉLIX, P. (2006) – O final da Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro no Ribatejo norte (Centro de Portugal): uma breve síntese dos dados arqueográficos. *Conimbriga*. Coimbra. 45, p. 65-92.
- FONTES, T. (2004) – Estudo de 145 artefactos cerâmicos da Idade do Bronze do Moinho da Atalaia Oeste (Reboleira) e a problemática das ocupações da Idade do Bronze na área circundante. *Arqa*. Amadora, 1, p. 73-108.
- HARRISON, R.J. (1977) – *The Bell Beaker cultures of Spain and Portugal*. Cambridge/Massachusetts: Peabody Museum of Archaeology and Ethnology.
- (JN) Jornal de Notícias (1997) – Castro Paleolítico com acesso vedado. *Jornal de Notícias*. 1 de Setembro de 1997, p. 38.
- KALB, P. (1980) – O «Bronze Atlântico» em Portugal. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, Vol. 1. p. 113-120.
- KALB, P. & HÖCK, M. (1985) – O Povoamento pré-histórico de Alpiarça. *Arqueologia*. Porto, 17, p. 193-200.
- KALB, P. & HÖCK, M. (1985) – *Cerâmica de Alpiarça. Exposição permanente na Galeria dos Patudos*. Câmara Municipal de Alpiarça. Casa Museu dos Patudos em colaboração com o Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa.
- MADEIRA, J.; GONÇALVES, J.L.; RAPOSO, L. & PARREIRA, R. (1972) – Achados da Idade do Bronze no Monte da Pena (Barro – Torres Vedras) – notícia prévia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 6, p. 207-218.
- MARQUES, G. (1972) – Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto. *Trabalhos de Antropologia Dr. Mendes Correia*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 13.
- MARQUES, G. (1982-83) – Aspectos da Proto-História do território português: povoado de Santa Eufémia (Sintra). *Sintria*. Sintra. 1-2, p. 59-88.
- MARQUES, G. (1987) – Aspectos da Proto-História do território Português III – Castelo da Amoreira (Odivelas, Loures). *Boletim Cultural*. Loures. 1, Novembro de 1987, p. 51-58.
- MARQUES, G. & ANDRADE, G.M. (1974) – Aspectos da proto-história do território português 1 – definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto: Ministério da Educação Nacional. 1, p. 125-148.
- MATALOTO, R. (2012) – Os senhores e as Serras: O Final da Idade do Bronze no Alentejo central. In *SIDEREUM ANA II. El río Guadiana en el Bronce Final. Anejos de AEsPA LXII*. Javier Jiménez Ávila (ed.), p. 185-213.
- MATIAS, C. (2003) – Serra do Socorro: Uma aproximação à sua caracterização arqueológica no contexto da Estremadura Atlântica. *Boletim Cultural*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, p. 308-358.
- ODIVELAS.COM (2010) – Odivelas – Castro da Serra da Amoreira [Vídeo]. 21 de Julho de 2010. Disponível em linha: <http://odivelas.com/2010/07/21/odivelas-o-castro-da-serra-da-amoreira-em-debate/>

- PEREIRA, T.; ESTRELA, S.; PORFÍRIO, E. & SERRA, M. (2010/2011) – Torre Velha 3 (Serpa): Dados preliminares do estudo da indústria de pedra lascada. O caso da estrutura negativa [1722]. *Arqueologia e História*. Lisboa. 62-63, p. 51-63.
- PIMENTA, J. & MENDES, H. (2010-2011) – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 591-618.
- PIMENTA, J.; SILVA, R.B.; CALADO, M. (No prelo) – Sobre a ocupação pré-romana de *Olisipo*: A Intervenção Arqueológica Urbana da Rua de São Mamede ao Caldas N.º 15. In *Actas 6.º Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, 26 de Setembro a 1 de Outubro de 2005*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PINTO, C. & PARREIRA, R. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do estuário do Tejo. *Actas das III Jornadas arqueológicas da Associação dos arqueólogos Portugueses*. Lisboa. 1, p. 147-163.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (1993) – O Grupo de Baiões/ Santa Luzia: contribuições para uma tipologia da olaria. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 1, p. 93-124.
- SENNA MARTINEZ, J.C (2002) – Desestruturização e complexização: aspectos e problemas da 1.ª Idade do Bronze na “Península de Lisboa”. In *Turres Veteras*. Torres Vedras. 4, p. 77-93.
- (SGP) SERVIÇOS GEOLÓGICOS DE PORTUGAL (1981) – *Carta Geológica de Portugal. 1: 50.000, Folha 34-B*.
- SILVA, A.C.F. (1986) – *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- SILVA, A.C.; BERROCAL RANGEL, L.E. (2005) – O Castro dos Ratinhos (Moura), povoado do Bronze Final do Guadiana: primeira campanha de escavações (2004). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 8 (2), p. 129-176.
- SOARES, A.M. (2005) – Os povoados do Bronze final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8 (1), p. 111-145.
- SOUSA, A.C. (2000) – *O povoado pré-histórico do Penedo do Lexim: resultados preliminares da campanha de 1999*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra. Cadernos de Arqueologia de Mafra, 1.
- VAZ, M.M. (2001) – *O concelho de Odivelas: Memórias de um povo*. Odivelas: Câmara Municipal de Odivelas, 2ª edição.
- VAZ, M.M. (2010) – O Castelo da Amoreira. *Odivelas.com*. 16 de Janeiro 2010. Disponível em linha: <http://odivelas.com/2010/01/16/o-castelo-da-amoreira/>
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*. 2 Vol.. Lisboa: IPPAR. Col. Trabalhos de Arqueologia, 9.
- VILAÇA, R.; CRUZ, D.J. & GONÇALVES, A.A.H.B. (1999) – A Necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*. Coimbra. 38, p. 5-29.
- VILAÇA, R. & ARRUDA, A.M. (2004) – Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conimbriga*. Coimbra. 43, p. 11-45.
- VICENTE, E.P. & ANDRADE, G.M. (1971) – A estação arqueológica do Cabeço dos Moinhos: breve notícia. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra – 1970)*. Coimbra: Ministério da Educação Nacional. 1, p. 223–237.